



# URGENTE

# ORIENTAÇÕES PARA AS REUNIÕES DE REPRESENTANTES POR QUE VAMOS À GREVE

A V Conferência Estadual de Educação da APEOESP, realizada em novembro de 2012, decidiu que nossa categoria vai à greve em abril em consequência do desrespeito do Governo do Estado de São Paulo para com as necessidades e reivindicações do magistério e de toda a comunidade das escolas públicas estaduais.

Nas sucessivas reuniões, encontros ou audiências públicas, as respostas são sempre negativas ou evasivas e o Governo tem se mostrado incompetente na gestão dos serviços públicos, agravando os problemas existentes.

A ação negativa da Secretaria da Educação chegou ao ponto de realizar alteração no calendário escolar para coincidir com a Reunião de Representantes em cada subsede que seria realizada no dia 18/02, com dispensa de ponto, levando-nos a realizá-la extraordinariamente nesta quarta-feira, dia 20/02.

Nesta reunião de Representantes a pauta central é a preparação da greve, em torno da qual se articulam nossas reivindicações. Esta mobilização já começou, com a

prevista realização do ato específico de defesa dos professores da categoria O (segmento mais precarizado, sem direitos básicos) no dia 22/02, sexta-feira, às 14 horas, na Praça da República.

A Diretoria Executiva do Sindicato definiu por unanimidade a realização de uma assembleia no dia 15 de março, às 14 horas, na Praça da República e propõe indicativamente um calendário que prevê nova assembleia em 19 de abril para a deflagração da greve. No período intermediário a entidade realizará forte campanha de mídia (rádios, jornais, TV e outros meios), combinada com panfletagens, reuniões nas escolas, plenárias nas subse-des, caravana em defesa da educação e outras mobilizações. Em 26 de abril, nova assembleia deverá avaliar a continuidade do movimento. Lembramos que a CNTE está convocando para 23, 24 e 25 de abril uma greve nacional, como parte da Semana Nacional em Defesa da Escola Pública.

Neste processo, devemos resgatar a importância do papel da direção sindical, entendida em seu

sentido mais ampliado, que engloba não apenas os diretores, mas também os Conselheiros Estaduais e os Representantes de Escolas e dos Aposentados. Este grupo não apenas é numericamente muito expressivo; ele constitui a vanguarda da nossa categoria. A vanguarda não é aquela que se distancia da base ou pretende substituí-la. A vanguarda elabora propostas, aponta caminhos e está junto à base trabalhando para que essas propostas se concretizem.

Boletins são importantes, mas nada substitui a conversa pessoal, o diálogo franco nas escolas. Muitos colegas apresentam a fragmentação da nossa categoria e os ataques do governo como razões para não se sentir motivados para a greve. Devemos demonstrar que são precisamente essas as razões que fazem a greve necessária, depois de esgotadas muitas tentativas de negociação com o Governo Estadual. Um bom trabalho nas escolas e regiões poderá conquistar a maioria dos professores para o movimento, nos levando a realizar uma forte greve, que crie as condições para uma negociação com o Estado.

A Reunião de Representantes deve debater as propostas apresentadas pela Executiva e, se for o caso, elaborar novas propostas que poderão ser avaliadas e votadas na reunião do Conselho Estadual de Representantes que se realizará no dia 23/02, sábado, às 10 horas, no Clube Trasmontano, centro de São Paulo. Também deve discutir um calendário específico da região, que se articule com o calendário estadual.

## **Queremos reajuste salarial e reposição de nossas perdas!**

Continuamos lutando pela complementação do reajuste de 2012 e pela reposição das perdas de 36,74%, com a instalação da comissão paritária para discussão do ajuste salarial, conforme determina a lei complementar nº 1143/11.

Cobrado pela APEOESP, o Secretário da Educação limitou-se a dizer que encaminharia projeto de reajuste salarial para a análise dos deputados estaduais no início deste ano, mas não informou o percentual. Até agora, nada!

O ambiente econômico favorável tem favorecido na última década a melhoria da arrecadação tributária no Estado de São Paulo. Porém, este aumento da arrecadação não foi revertido para a valorização dos profissionais da educação.

Segundo dados apurados pelo CEDES/Subseção do Dieese da APEOESP, as despesas com pessoal do Governo do Estado chegaram a 41,7% sobre a Receita Corrente Líquida do Estado no segundo quadrimestre de 2012, a maior relação em muitos anos, mas bem distante do limite prudencial de 46,55%. De acordo com esses dados, O Governo de São Paulo possui uma "margem" de R\$ 5,5 bilhões para elevar a despesa com pessoal, con-

siderando o limite prudencial.

## **Mérito para quantos?**

Muitos profissionais que se submeteram à prova de mérito acusam o Estado de dificultar a obtenção da nota mínima, utilizando-se, sobretudo, da prova dissertativa. Professores se mostram inconformados com as notas a eles atribuídas, mas não têm direito à recurso e sequer foi-lhes permitido acesso após a correção da prova.

Aliada a isso, muitos professores não puderam participar da prova. No início do processo havia 112,7 mil profissionais na primeira faixa do plano de carreira. Destes, 53,2 mil se inscreveram para a prova, porém somente 38,4 mil foram selecionados. A principal restrição foi a insuficiência de tempo na mesma escola. Em seguida está a assiduidade.

O número de docentes aprovados na seleção foi de apenas 3,5% nesta faixa da carreira, ou somente 10% dos que realizaram a prova.

Com isso, fica claro que o Estado restringe a participação e aprovação visando economizar recursos e fazer propaganda enganosa para a população.

## **Por que faltam professores?**

Hoje temos um quadro nas escolas estaduais no qual a combinação de desvalorização profissional e salarial, a falta de estrutura adequada, a violência, o assédio moral e uma gestão com pouca possibilidade de participação dos professores e da comunidade escolar afasta muitos bons profissionais. Muitos professores licenciados em diversas disciplinas, como Química, Física, Matemática e outras, buscam profissões que lhes assegurem melhores salários, condições de trabalho e possibilidades de crescimento profissional. Há também casos de

alunos recém-formados nos cursos de licenciatura que, aprovados em concurso público, abandonam a rede logo após a posse.

Frente a isto, o que faz o governo? Impõe uma sistemática de provas de conhecimentos que não servem para efetivar os professores, mas tão somente para mantê-los nas mesmas precárias condições de contratação e de trabalho. Muitos professores, embora experientes e com muitos anos de trabalho na rede, deixam de assumir aulas no início do ano letivo por não terem obtido um bom resultado na prova. Entretanto, como faltam professores, eles acabam sendo chamados no decorrer do ano, assim como docentes que sequer participaram da prova. É a desmoralização total deste tipo de política.

## **SEE não quer implantar jornada do piso**

A jornada de trabalho dos professores é um dos pilares da qualidade de ensino. Uma jornada como a que vem sendo praticada no Estado de São Paulo, na qual apenas uma pequena parte é dedicada às atividades extraclasse, ou seja, aquelas que estão relacionadas à preparação das aulas e à formação, mas que ocorrem fora da sala de aula, resulta em desgaste e adoecimento para os professores e não contribui para a qualidade do ensino.

É necessária a aplicação do que determina a lei federal 11.738/08 (no mínimo 33% da jornada para atividades extraclasse), na perspectiva dos 50%. O professor precisa ter tempo para preparar aulas, elaborar e corrigir provas e trabalhos e para participar de programas de formação continuada no local de trabalho.

O Governo de São Paulo insiste em não implantar a jornada do piso. Ingressamos na justiça, ganhamos a causa, mas o Governo conseguiu

protelar. Estamos lutando em Brasília no Superior Tribunal de Justiça.

O fato é que a lei já deveria ter sido implementada. É nosso direito e vamos lutar por ele até as últimas consequências. Aceitamos discutir a implantação paulatina, mas não aceitamos abrir mão de nossas condições de trabalho e da qualidade do ensino.

## **Pelos direitos dos professores da categoria O**

Quando questionado pela APEOESP, o Secretário da Educação diz que a única saída para os professores da categoria O são os concursos públicos. Nós, da APEOESP, sempre lutamos pela realização de concursos públicos como única forma de ingresso na carreira do magistério e que fosse admitido um percentual pequeno de professores temporários para suprir faltas e licenças, mas com todos os direitos assegurados.

Foi o governo do Estado de São Paulo, sob o comando do PSDB, que deixou que a situação chegasse ao ponto em que estamos, com mais de 100 mil professores não efetivos, sendo pelo menos 35 mil contratados por tempo determinado (categoria O).

Para aprofundar o desrespeito com esta parcela da categoria, no início deste ano, o governador vetou projeto de lei que lhes dava direito a utilizar o lamspe. Um absurdo!

Cabe ao Estado, para além da promoção de concursos que, aliás, é sua obrigação, assegurar condições dignas de contratação e trabalho a estes profissionais.

Estamos encaminhando ao governo e aos deputados a reivindicação de que a lei complementar nº 1093/09 seja reformulada, de forma a assegurar aos professores da

categoria O a mesma situação dos professores da categoria F, ou seja, estabilidade com carga horária mínima na escola, fazendo jus a todos os direitos desta categoria.

Reforçamos a informação de que na próxima sexta-feira, dia 22 de fevereiro, como parte do plano de lutas, realizaremos um ato público em frente à S.E. em defesa dos professores da categoria "O".

## **E a saúde dos professores?**

O adoecimento dos professores é uma das mais graves e evidentes consequências das políticas impostas pelo governo de São Paulo na rede pública de ensino. Além das condições de trabalho adversas e o constante assédio moral pelo qual

passam, o professor é impedido de cuidar da sua saúde através de leis que delimitam o seu direito à consultas médicas.

A APEOESP está agindo para interromper este quadro. Estamos exigindo do governo soluções para os problemas da categoria. É preciso implementar políticas preventivas e não punitivas. Queremos melhores condições de trabalho, com jornadas e número de alunos adequados e também garantia de atendimento humanizado aos profissionais adoecidos.

Também estamos promovendo na categoria a consciência da necessidade de prevenir doenças através da prática de exercícios, alimentação balanceada e busca de acompanhamento periódico.

# **ATO EM DEFESA DOS PROFESSORES CATEGORIA O**



## **22/fevereiro/2013**

## **14 horas**

## **Praça da República**

### **Exigimos:**

- **Dignidade e respeito na contratação**
- **Melhores salários e condições de trabalho**
- **Fim da quarentena**
- **Garantia de direitos**
- **Acesso ao lamspe**

### **ESTA LUTA É DE TODOS! PARTICIPEM!**